

CONVÊNIO DE LINHA DE CRÉDITO CONDICIONAL CCLIP – BR-

entre o

ESTADO DE MINAS GERAIS

e o

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

Programa de Melhoria da Acessibilidade de Municípios de Pequeno Porte
(PROACESSO-BIDH) de Minas Gerais

28 de abril de 2006

CONVÊNIO DE LINHA DE CRÉDITO CONDICIONAL

CONVÊNIO celebrado no dia 28 de abril de 2006 entre o ESTADO DE MINAS GERAIS, a seguir denominado também “Mutuário” ou “Órgão Executor”, e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, a seguir denominado “Banco”, para estabelecer uma Linha de Crédito Condicional, destinada a financiar dois programas de crédito globais, a seguir denominados “Programa Fase-1 e Programa Fase-2”, cujos os objetivos serão o de apoiar a melhoria da acessibilidade de municípios de pequeno porte do Estado de Minas Gerais.

Seção 1. Antecedentes. Mediante a Resolução DE-138/05 o Diretório Executivo do Banco aprovou a outorga da Linha de Crédito Condicional para a concessão de empréstimos ao Estado de Minas Gerais, adiante denominados Empréstimos Individuais.

Seção 2. Definições Particulares. Para os fins deste Convênio, adotam-se as seguintes definições, além das contidas no Capítulo II das Normas Gerais dos Contratos de Empréstimos Individuais:

- (a) “Contrato de Empréstimo Individual” é cada um dos contratos de empréstimo que o Estado de Minas Gerais poderá celebrar com o Banco para financiar um Programa de Crédito dentro da Linha de Crédito Condicional estabelecida por este Convênio.
- (b) Contrato de Garantia é o Contrato que poderá ser firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco pelo qual a República se comprometeria a: (a) garantir um Empréstimo Individual na qualidade de fiador solidário e (b) cumprir outras obrigações que estejam estipuladas no referido Contrato.
- (c) “Dólar” significa exclusivamente a moeda de curso legal nos Estados Unidos da América.
- (d) “Empréstimos Individuais” ou Operações Individuais são os empréstimos concedidos pelo BID ao Estado de Minas Gerais, dentro da Linha de Crédito Condicional aberta de acordo com este Convênio, para financiar cada um dos Programas.
- (e) “Garante”, “Garantidor” ou “Fiador” é a República Federativa do Brasil que poderá concordar em garantir cada Empréstimo Individual através do respectivo Contrato de Garantia.
- (f) “Linha de Crédito Condicional” é a linha de crédito posta à disposição do Estado de Minas Gerais pelo Banco através deste Convênio e que somente se materializa quando da assinatura do respectivo Contrato de Empréstimo Individual.

Seção 3. Objeto. O presente Convênio tem por objeto estabelecer uma Linha de Crédito Condicional para cooperar com o Estado de Minas Gerais no desenvolvimento socioeconômico de municípios com menor desenvolvimento social relativo, através da melhoria das condições de transporte terrestre de cargas e passageiros em municípios que contam com uma conexão precária com a rede rodoviária federal ou estadual. Os objetivos específicos da Linha e dos Programas Fase-1 e Fase-2 são: (i) reduzir os custos de transporte de carga e de passageiros; (ii) reduzir os tempos de viagem de maneira segura; e (iii) melhorar a acessibilidade a serviços sociais e atividades geradoras de renda garantindo tráfegabilidade permanente e sustentável.

Seção 4. Utilização da Linha de Crédito Condicional. (a) A utilização da Linha de Crédito Condicional poderá ser iniciada após a assinatura deste Convênio, quando estejam cumpridas as condições para a assinatura do primeiro Contrato de Empréstimo Individual correspondente ao Programa - Fase 1.

(b) A celebração pelas partes de cada Contrato de Empréstimo Individual dependerá: (i) de uma solicitação do Estado de Minas Gerais; (ii) da aceitação, por parte da República Federativa do Brasil, de assinar o respectivo Contrato de Garantia; (iii) da disponibilidade, dentro das limitações gerais de programação do Banco, avaliada a exclusivo critério de seu Diretório Executivo, de recursos suficientes de capital ordinário para os respectivos financiamentos; e (iv) da aprovação pertinente do Diretório Executivo de cada Operação Individual, com base na solicitação da referida Operação Individual e na análise do caso apresentada pela Administração do BID.

(c) A continuidade na utilização dos recursos da Linha de Crédito Condicional para o financiamento do Programa Fase-2, está condicionada, ainda, à comprovação pelo Estado de Minas Gerais, de forma que o Banco considere aceitável, de que: (i) o Programa - Fase 1, financiado por um Empréstimo Individual incluído na Linha de Crédito, foi ou está sendo executado de maneira satisfatória, tendo sido alcançado os resultados esperados; (ii) todas as cláusulas do Contrato de Empréstimo Individual correspondente ao Programa - Fase 1, anteriormente assinado entre as partes, bem como as políticas do Banco relativas aos desembolsos e às Políticas de Aquisições e de Consultores estão sendo ou foram cumpridas integralmente pelo Mutuário; (iii) tenha sido comprometido um mínimo de 75% dos recursos do empréstimo e desembolsado pelo menos 50% dos recursos externos; (iv) as demonstrações financeiras do Programa Fase-1 foram apresentadas conforme o requerido no Contrato de Empréstimo Individual correspondente e foram auditadas sem ressalvas; (v) uma análise institucional atualizada do Mutuário e de seu desempenho fazem prever uma trajetória de desempenho satisfatório do Programa Fase-2; (vi) os objetivos do Programa - Fase 2 que poderá ser financiado pela Linha de Crédito Condicional, continuem a estar incluídos entre as prioridades definidas na estratégia e programa acordados entre a República Federativa do Brasil e o Banco e (vii) o Programa - Fase 2 incorpore, no que for pertinente, os resultados da avaliação intermediária prevista na Cláusula 4.07, Item (ii), do Contrato de Empréstimo para o Programa - Fase 1.

Seção 5. Valor da Linha de Crédito Condicional. (a) O montante total da Linha de Crédito Condicional é de US\$100.000.000 (cem milhões de dólares), a débito dos recursos do Capital Ordinário do Banco para pagar bens e serviços relacionados com os Programas Fase-1 e Fase-2 a serem executados pelo Mutuário, quando forem acordados os Empréstimos Individuais correspondentes, em conformidade com as disposições deste Convênio, dos Contratos de Empréstimo Individuais respectivos e das Normas Gerais do Banco.

(b) Os recursos dos dois Programas totalizam um valor equivalente a até US\$166.670.000 (cento e sessenta e seis milhões e seiscentos e setenta mil dólares), o que implicará que a contribuição do Mutuário será de valor equivalente a até US\$66.670.000 (sessenta e seis milhões e seiscentos e setenta mil dólares), a título de contrapartida local.

(c) O valor de cada Empréstimo Individual não poderá ser superior a US\$50.000.000 (cinquenta milhões de dólares).

Seção 6. Prazo de Utilização da Linha de Crédito Condicional. O prazo de utilização da Linha de Crédito Condicional será de dez (10) anos, a partir da data do presente Convênio.

Seção 7. Cancelamento, Redução e Suspensão da Utilização da Linha de Crédito Condicional. (a) A Linha de Crédito Condicional poderá ser cancelada, em qualquer momento, por acordo mútuo das partes. Igualmente, se não houver saldos devedores decorrentes de Operações Individuais, o Mutuário poderá renunciar à Linha de Crédito Condicional. Poderá ainda solicitar a diminuição do montante da referida Linha de Crédito mediante comunicação por escrito ao Banco. O Mutuário não deverá pagar juros nem comissão de crédito ao Banco pela parte da Linha de Crédito que não for utilizada.

(b) O Banco, mediante comunicação escrita ao Mutuário, poderá cancelar total ou parcialmente a Linha de Crédito Condicional ou suspender sua utilização nas Operações Individuais, na ocorrência das seguintes circunstâncias:

- (i) a retirada ou suspensão da República Federativa do Brasil como membro do Banco;
- (ii) a determinação, a critério do Banco, de que a Linha de Crédito Condicional: (1) não está sendo utilizada para atingir os objetivos para os quais foi proposta; ou (2) o montante das Operações Individuais executadas não justifica a utilização total ou parcial da Linha;
- (iii) o atraso no pagamento ao Banco por parte do Mutuário do principal, comissões, juros, devolução de adiantamentos ou de qualquer outra dívida relacionada com as Operações Individuais

outorgadas de acordo com este Convênio ou com qualquer outro Contrato de Empréstimo celebrado entre o Banco e o Mutuário;

- (iv) os propósitos que foram considerados para a concessão da Linha de Crédito Condicional estão sendo comprometidos por qualquer restrição, modificação ou alteração da capacidade legal ou financeira; das funções, ou do patrimônio do Mutuário.

(c) Em todos os casos previstos nesta seção o Mutuário ou o Banco, conforme o caso, deverá notificar por escrito o cancelamento, a redução ou a suspensão à República Federativa do Brasil.

(d) O cancelamento, a redução ou a suspensão da utilização da Linha de Crédito Condicional não acarretará qualquer prêmio ou penalidade a quaisquer das partes.

Seção 8. Obrigações não atingidas. Não obstante o disposto na Seção 7 anterior, o cancelamento ou redução da Linha de Crédito Condicional ou a suspensão da sua utilização não poderá afetar as Operações Individuais cuja execução já tenha sido iniciada.

Seção 9. Disposições não atingidas. A aplicação das medidas estabelecidas na Seção 7 anterior não afetará as obrigações do Estado de Minas Gerais, estabelecidas neste Convênio as quais terão plena vigência, salvo no caso em que a Linha de Crédito Condicional for totalmente cancelada, continuando vigentes apenas as obrigações pecuniárias do Mutuário.

Seção 10. Ciência da República Federativa do Brasil. (a) A República Federativa do Brasil declara-se ciente das obrigações e direitos assumidos por ambas as partes, sem se comprometer a garantir qualquer obrigação assumida pelo Estado de Minas Gerais neste Convênio; (b) Qualquer alteração deste Convênio deverá ser comunicada à República Federativa do Brasil.

Seção 11. Reserva de direitos. A abstenção ou o atraso, por parte do Banco, do exercício dos direitos estabelecidos neste Convênio, não poderá ser interpretado como renúncia do Banco a tais direitos, nem como aceitação de acontecimentos ou das circunstâncias que lhe teriam facultado exercê-los.

Seção 12. Obrigações do Estado de Minas Gerais e do Banco: Limitações. Este Convênio não implica nenhuma obrigação por parte do Banco de financiar total ou parcialmente qualquer Operação Individual, bem como não implica qualquer obrigação por parte do Estado de Minas Gerais de solicitar Empréstimos Individuais, ou da República Federativa do Brasil de garantir obrigações do Estado, relacionadas com os referidos Empréstimos Individuais.

Seção 13. Normas Aplicáveis às Operações Individuais. As Operações Individuais reger-se-ão pelo previsto no Contrato de Empréstimo Individual, no seu Anexo Único, nas Normas Gerais, e nas disposições do presente Convênio.

Seção 14. Reuniões de Avaliação. Durante a execução dos Programas, o Mutuário, o Órgão Executor e o Banco efetuarão um intercâmbio de informações técnicas de interesse comum. As partes deverão realizar pelo menos duas reuniões anuais. Nas referidas reuniões, será discutido o andamento dos Programas dentro de um contexto relacionado com: (a) o desempenho da Linha de Crédito Condicional de que trata o presente Convênio; (b) o intercâmbio e a disseminação de experiências de mútuo interesse relacionado ao cumprimento: (i) das metas, objetivos e resultados obtidos com base no quadro de indicadores acordado entre as partes; (ii) dos requisitos relacionados com o meio ambiente estabelecidos na legislação brasileira e nas políticas do Banco; e (c) a conveniência de se introduzir novos produtos nos Programas, suas características, a oportunidade de sua introdução e mecanismos mediante os quais poderiam ser implantados. Caso os Programas da Linha de Crédito Condicional estabelecida neste Convênio não atinjam as metas e objetivos planejados, as partes tomarão as medidas apropriadas para corrigir as deficiências do Programa respectivo.

Seção 15. Supervisão. O Banco se reserva o direito de realizar a supervisão da execução das Operações Individuais por intermédio de seu Representante no Brasil ou de qualquer outro funcionário designado para tal, sem que a referida supervisão exima o Mutuário de suas obrigações e responsabilidades assumidas no presente Convênio e nos Contratos de Empréstimos Individuais.

Seção 16. Vigência. As partes concordam que este Convênio vigora a partir da data de sua assinatura até a data em que seja quitado o último Contrato de Empréstimo Individual celebrado.

Seção 17. Validade. Este Convênio é válido e exigível, de acordo com os termos nele estabelecidos, sem referência à legislação de qualquer país.

Seção 18. Contratos de Garantia aos Empréstimos Individuais. O Estado de Minas Gerais e a República Federativa do Brasil tomam conhecimento por este Convênio que, de acordo com as políticas do Banco, os Empréstimos Individuais a serem financiados dentro da Linha de Crédito Condicional deverão ser garantidos pela República Federativa do Brasil mediante a celebração do respectivo Contrato de Garantia.

Seção 19. Comunicações. Salvo acordo escrito em que se estabeleça outro procedimento, todo aviso, solicitação ou comunicação que as partes ou a República Federativa do Brasil devam enviar uma à outra, em virtude deste Convênio será feito por escrito e considerar-se-á efetuado no momento em que o documento correspondente for entregue ao destinatário nos respectivos endereços, abaixo indicados:

Da República Federativa do Brasil:

Ministério da Fazenda
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 8º. andar
Brasília, DF – Brasil
70048-900
Fax: (61) 3412-1740

Do Estado de Minas Gerais:

Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais
Rua da Bahia, 1816, 8º andar

Belo Horizonte, MG, Brasil
30.150-010
Fax: (31) 3217-6221

Do Banco:

Banco Interamericano de Desenvolvimento
1300 New York Ave., N.W.
Washington, D.C. 20577
Estados Unidos da América
Fax: (202) 623-3096

Seção 20. Correspondência. O Banco e o Estado de Minas Gerais comprometem-se a encaminhar à Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no endereço abaixo indicado, cópia das correspondências relativas à Linha de Crédito Condicional ou aos Programas:

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN
Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 5º andar
70040-906, Brasília, DF, Brasil
Fax: (61) 3225-4022

Seção 21. Cláusula Compromissória. Para a solução de qualquer controvérsia oriunda do presente Convênio que não seja dirimida por acordo entre as partes, estas se submetem incondicional e irrevogavelmente ao processo e sentença do Tribunal Arbitral, nos termos previstos no Anexo Único a este Convênio.

EM TESTEMUNHO DO QUE, o Estado de Minas Gerais e o Banco, atuando cada qual por intermédio de seu representante autorizado, firmam o presente Convênio em três (3) vias de igual teor em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, no dia acima indicado.

Assina o presente Convênio, com o mero objeto de tomar ciência do mesmo, a República Federativa do Brasil por intermédio de seu representante legal.

ESTADO DE MINAS GERAIS

BANCO INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

(f)

Aécio Neves da Cunha
Governador

(f)

Waldemar Wirsig
Representante no Brasil

CIENTE:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

(f)

Mauricio Cardoso Oliva
Procurado Nacional da Fazenda

ANEXO ÚNICO

LINHA DE CRÉDITO CONDICIONAL

Programa de Melhoria da Acessibilidade de Municípios de Pequeno Porte (PROACESSO-BIDH) de Minas Gerais

Processo de Arbitragem

Composição do Tribunal. (a) O Tribunal Arbitral será constituído por três membros, designados da seguinte forma: um pelo Banco; outro pelo Estado de Minas Gerais; e um terceiro, doravante denominado o "Desempatador", por acordo direto entre as partes ou por intermédio dos respectivos árbitros. Se as partes ou os árbitros não chegarem a acordo com relação à nomeação do Desempatador, ou se uma das partes não puder designar árbitro, o Desempatador será designado, a pedido de qualquer das partes, pelo Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos. Se qualquer das partes não nomear árbitro, este será designado pelo Desempatador. Se qualquer dos árbitros nomeados, ou o Desempatador, não desejar ou não puder atuar, ou prosseguir atuando, proceder-se-á à sua substituição pela forma estabelecida para a sua designação original. O sucessor terá as mesmas funções e atribuições do substituído.

(b) Se a controvérsia envolver tanto o Estado de Minas Gerais como a República Federativa do Brasil, na qualidade de terceira interessada, ambos serão considerados como uma só parte, e, por conseguinte, deverão atuar conjuntamente seja para a nomeação do árbitro ou para os demais efeitos da arbitragem.

Início do Processo. Para submeter a controvérsia ao processo de arbitragem, a parte reclamante dirigirá à outra uma comunicação, por escrito, expondo a natureza da reclamação, a satisfação ou reparação pretendida e o nome do árbitro que designa. A parte que receber essa comunicação deverá, dentro do prazo de quarenta e cinco (45) dias, comunicar à parte contrária o nome da pessoa que designa como árbitro. Se dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da entrega da referida comunicação à parte reclamante, as partes não houverem chegado a um acordo sobre a designação do Desempatador, qualquer delas poderá solicitar ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos que proceda à designação.

Constituição do Tribunal. O Tribunal Arbitral constituir-se-á em Washington, Distrito de Columbia, Estados Unidos da América, na data em que o Desempatador determinar e, uma vez constituído, funcionará nas datas fixadas pelo próprio Tribunal.

Processo. (a) O Tribunal terá competência para conhecer e decidir tão somente sobre a matéria da controvérsia. O Tribunal adotará suas próprias normas de processo e poderá, por iniciativa própria, designar os peritos que considerar necessário. Em qualquer caso, dará sempre às partes a oportunidade de apresentar razões em audiência.

(b) O Tribunal julgará *ex aequo et bono*, fundamentando sua decisão nos termos deste Convênio e proferirá sentença ainda que uma das partes não haja comparecido.

(c) A sentença será exarada por escrito e deverá ser adotada pelo voto concorrente de pelo menos dois membros do Tribunal, deverá ser proferida dentro do prazo aproximado de sessenta (60) dias, a partir da data da nomeação do Desempatador, e, a não ser que o Tribunal decida prorrogar o aludido prazo, em virtude de circunstâncias especiais e imprevistas, será notificada às partes por meio de comunicação subscrita, pelo menos, por dois membros do Tribunal, devendo ser cumprida dentro do prazo de trinta (30) dias contados da data de notificação, tendo efeito executório e sendo irrecorrível.

Despesas. Os honorários de cada árbitro serão custeados pela parte que o houver designado e os honorários do Desempatador serão custeados em parcelas iguais entre as partes. Antes de constituir-se o Tribunal, as partes entrarão em acordo quanto aos honorários das demais pessoas cuja intervenção no processo arbitral julgar necessária. Se as partes, na oportunidade, não chegarem a um acordo, o próprio Tribunal fixará a remuneração que seja razoável para as pessoas referidas, segundo as circunstâncias. Cada parte custeará suas próprias despesas no processo de arbitragem, mas as despesas do Tribunal serão custeadas, em parcelas iguais, pelas partes. Qualquer dúvida relacionada com a divisão das despesas ou quanto à forma de pagamento, será resolvida pelo próprio Tribunal, mediante decisão irrecorrível.

Notificações. Qualquer notificação relativa à arbitragem ou à sentença será efetuada segundo a forma prevista neste Convênio. As partes renunciam a qualquer outra forma de notificação.